

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Roberta Maria Bueno Bocchi
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil
E-mail: abocchi@uol.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: O presente artigo trata-se de uma reflexão que partiu de uma pesquisa de doutorado em Educação: Currículo, concluída em março deste ano na PUC-SP, que trabalha a questão do *Financiamento Público Educacional da Escola de Educação Básica do Estado de São Paulo e sua relação com a qualidade desta educação*. Com o objetivo de provocar uma reflexão crítica sobre a situação constatada durante a pesquisa, são destacadas algumas considerações que surgiram no decorrer das investigações e que se mostraram importantes para a conclusão da pesquisa, relevantes para uma gestão pública educacional preocupada com a questão do financiamento da educação e fundamental para a elevação da desejada qualidade educacional.

Palavras-chave: Educação. Financiamento público educacional. Qualidade educacional.

Caminhos e descaminhos

O presente artigo apresenta algumas considerações extraídas da pesquisa de doutorado em Educação: Currículo da PUC-SP, concluída em março deste ano. Essas considerações procuram mostrar alguns aspectos fundamentais para analisar a relação entre o Financiamento Público Educacional do Estado de São Paulo e a desejada elevação da qualidade de sua Educação Básica.

A primeira consideração é a constatação de que sem financiamento não se faz Educação. O financiamento está para a Educação da mesma forma que a água está para a vida humana, ou seja, em condição essencial de sobrevivência.

Durante o desenvolvimento da tese de doutorado essa relação de dependência foi se mostrando cada vez mais incisiva, estando presente nos documentos oficiais estudados, nas falas dos sujeitos ouvidos e na base teórica escolhida como sustentação para as reflexões que se mostraram pertinentes.

Entre essas bases teóricas, há uma afirmação do educador Paulo Freire que ao assumir a Secretaria de Educação do município de São Paulo no ano de 1989 afirma:

Como você vê, não podemos falar das metas educativas sem nos referirmos às condições materiais das escolas. É que elas não são apenas “espírito”, mas “corpo” também. A prática educativa cuja política nos cabe traçar, democraticamente, se dá na concretude da escola, por sua vez situada e datada e não na cabeça das pessoas (FREIRE, 2005, p.34).

Nesta fala é claro o entendimento pela gestão pública da questão financeira educacional como essencial à Educação. Na ocasião, segundo relato do próprio Paulo Freire em entrevista à revista Escola Nova¹, os problemas financeiros estavam voltados à compra de carteiras e cadeiras escolares, reforma e construção de escolas e acomodação da demanda escolar, não atendida pela gestão educacional anterior.

Passados vinte e quatro anos dessa declaração, a gestão pública continua reconhecendo a relação de dependência entre o financiamento e a educação. Embora com uma Rede de ensino maior e mais organizada do que a encontrada pelo educador Paulo Freire no ano de 1989, o atual Secretário de Educação do Estado de São Paulo², ao escrever sobre os resultados de sua gestão a frente da Secretaria Estadual de São Paulo, afirma:

Garantir um bom aprendizado com todas essas dificuldades na escola não é fácil. Como já foi dito aqui, a Secretaria da Educação tem um papel que não se restringe única e exclusivamente ao de garantir a educação. Ela, igualmente, tem que garantir o transporte escolar, a merenda, o material escolar, formação de nível médio técnico, um novo modelo de escola de tempo integral, etc. Enfim, essa é a realidade que se apresenta a tempos (VOORWALD, 2013, p. 26).

³ Entrevista concedida à revista Escola Nova, São Paulo, de 26 de fevereiro de 1989. Fonte: FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 2005.

² Herman Voorwald - Secretário de Educação do Estado de São Paulo na gestão Geraldo Alckmin (PSDB), respondendo pela secretaria no período de 2011 a 2014.

Embora os Secretários de Educação aqui citados tenham vindo de vertentes políticas diferentes e modelos gestores distintos, concordam na dependência financeira histórica para se fazer Educação de qualidade.

Isto posto, torna-se necessário questionar se a quantia financeira de investimento educacional atual do Estado de São Paulo é a ideal, visto que a existência de inúmeros problemas financeiros presentes nas escolas paulistas foram apontados pelos gestores pesquisados, nas informações colhidas na pesquisa por meio da técnica de grupo focal.

Percebe-se que, embora haja denuncia de mau uso da verba pública, ausência de autonomia financeira e falta de fiscalização dos Conselhos e Associações escolares, há também denúncia da ausência de itens estruturais fundamentais nas escolas pesquisadas, como a construção de bibliotecas, laboratório de ciências, espaço para recreação, acessibilidade e problemas de telefonia, que não podem ser resolvidos pela gestão escolar, pois devido aos altos valores financeiros envolvidos, dependem de licitação e de contratação, realizadas pelos órgãos centrais da Secretaria Estadual de Educação.

Em publicação oficial na qual o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Herman Voorwald, expõe uma pesquisa de campo desenvolvida por ele com toda a Rede Pública de Educação do Estado de São Paulo, ao fazer um balanço das principais ações realizadas por sua gestão à frente da Secretaria, tendo como base os anos de 2011 e 2012, elenca vários itens, apontados pelos profissionais da Rede, que demonstram a necessidade de mais investimento financeiro educacional, marcando uma “pauta justa do profissional, do ser humano querendo trabalhar e viver com dignidade” (VOORWALD, 2013, p. 33).

Entre os diversos itens apontados nas cinco gestões pesquisadas por Voorwald, os relacionados à necessidade de mais investimento financeiro são:

- Atualização dos valores do auxílio alimentação;
- Correção salarial de no mínimo, 30% e reposição das perdas dos últimos 15 anos;
- Reajuste do auxílio transporte;
- Melhoria do mobiliário;

- Melhoria da infraestrutura ambiente nas áreas administrativas;
- Serviços de obras de má qualidade e morosos;
- Revisão periódica e emergencial dos prédios;
- Oficinas pedagógicas – manutenção precária, edificações em mau estado e espaço insuficiente;
- Ampliar verba para xerox, toner, etc.;
- Recursos tecnológicos para ações de supervisão pedagógica;
- Arquitetura das escolas adaptadas à realidade da inclusão, conforme normas da ABNT;
- Criar e ampliar salas de recursos em todas as escolas;
- Sala de aula adequada;
- Redução do número de alunos por sala de aula;
- Contratação de um escritório de contabilidade por diretoria para atendimento das escolas;
- Aumento do valor per capita (por aluno);
- Revisão do envio das verbas quadrimestrais (insuficiente e “engessada”) maior autonomia;
- Verbas diferenciadas para escolas mais antigas e maiores;
- Recursos para implementação dos laboratórios de Química, Física e Biologia; (VOORWALD, 2013, p. 86)

Estes itens deixam evidente a necessidade de maior investimento financeiro para a Educação pública do Estado de São Paulo. O próprio Secretário da Educação, na mesma publicação, reconhece essa necessidade quando afirma, se referindo à política salarial dos profissionais da Educação e à questão da inclusão e acessibilidade dos alunos:

Como exigir sistematicamente formação complementar daquele professor que para levar uma vida mais digna e reforçar seus ganhos necessita de dois, três empregos, formados de jornadas longas de trabalho? A Secretaria da Educação está buscando delimitar planos para melhor qualificar seu pessoal e prestar melhores serviços no aspecto da inclusão e acessibilidade dos alunos à vida escolar (VOORWALD, 2013, p.25).

O Estado de São Paulo, segundo dados disponíveis no portal eletrônico *Todos pela Educação*³, tendo como base o ano de 2009⁴ investiu por aluno da

³Dados disponíveis no site: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/sao-paulo/> Acesso em: 11 out. 2013.



Educação Básica R\$ 2.930,56 (dois mil novecentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos), ficando abaixo de alguns Estados como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 01 - Média de investimento por aluno

ESTADO	MÉDIA DE INVESTIMENTO	IDEB - 2009
	POR ALUNO ANO BASE 2009	REDE ESTADUAL
AC	R\$ 3.269,33	4,5
AP	R\$ 3.729,39	3,6
DF	R\$ 4.834,43	5,4
ES	R\$ 3.687,37	5,0
MS	R\$ 3.481,96	4,4
SE	R\$ 3.111,59	3,7
SP	R\$ 2.930,56	5,4
TO	R\$ 2.946,82	4,5

Fonte: Todos pela Educação⁵.

A tabela 01 evidencia que os sete Estados citados investiram mais financeiramente por aluno do que o Estado de São Paulo. Tomando como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), São Paulo e o Distrito Federal alcançaram as mesmas médias quantitativas educacionais, dentro dos indicadores de qualidade da Educação desenvolvidos pelo Ministério da Educação, embora o Distrito Federal tenha investido uma quantia bem acima da paulista. Lembrando que “o trabalho de avaliação baseado em índices e indicadores requer cuidado – lembremos. Por trás dos números existem pessoas”. (VOORWALD, 2013, p. 19)

Esta comparação se analisada através de um viés econômico, conclui rapidamente que o problema não está em mais investimento educacional por aluno, mas sim, do melhor aproveitamento dos recursos no âmbito de cada Estado. Mas esse “melhor aproveitamento” só seria pertinente de ser afirmado, caso houvesse a constatação da presença de itens de investimentos

⁴ Em 11 de outubro de 2013 o site disponibilizou apenas o ano de 2009 para pesquisa dos dados de média de investimento por aluno/Estado.

⁵ Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/430/mec-divulga-ideb-de-escolas>

financeiros supérfluos presentes nas escolas pesquisadas, constatação esta que não ocorreu.

Para uma Educação de qualidade, itens apontados como problemáticos financeiramente pela Rede estadual de Educação de São Paulo, na pesquisa realizada pelo Secretário de Educação Herman Voorwald, combinados com a pesquisa de campo realizada na tese motivadora deste artigo, apontando a existência, ainda, de escolas no “Padrão Nakamura⁶”, a inexistência de bibliotecas com acervo atualizado, a ausência de laboratórios de ciências, a falta de espaço para recreação, a insuficiência de acessibilidade, a necessidade de correção salarial e a redução do número de alunos por sala, tendo, como consequência, a necessidade de construção de novas escolas, estão muito distantes de serem considerados supérfluos.

Subsequente a essa situação, há a segunda consideração a ser aqui destacada: a existência de grande dissonância entre a escola e a gestão pública governamental, representada pelos órgãos centrais de poder estadual da Secretaria da Educação.

Em julho de 2011, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, após passar por um processo de reestruturação⁷, passou a se organizar da seguinte forma:



Fonte: Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/reestruturacao-da-secretaria> Acesso em: 13 out. 2013.

⁶ Escolas construídas com estruturas metálicas pré-moldadas na gestão Mário Covas, em 1998.

⁷Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011 – Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em http://lise.edunet.sp.gov.br/legislacaocenp/dec57141_11.htm Acesso em: 13 out. 2013.

Este organograma pretende constituir uma Rede de Ensino Estadual composta, segundo dados oficiais do Censo Escolar 2012⁸, de 4.479.275 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e nove mil e duzentos e setenta e cinco) alunos, distribuídos em 5.578 (cinco mil quinhentas e setenta e oito) escolas estaduais, jurisdicionadas a 91 (noventa e uma) Diretorias de Ensino. Somando a estes números, as matrículas de alunos nas redes de ensino municipal, federal e particular, que apesar de terem financiamento próprio e certa autonomia educacional, estão também jurisdicionadas à Secretaria de Educação do Estado, completando 10.407.780 (dez milhões, quatrocentos e sete mil e setecentas e oitenta) matrículas.

Considerando estes números e o organograma apresentado pela Secretaria, percebe-se um considerável distanciamento existente entre a “Subsecretaria de Articulação Regional”, na qual está também o órgão responsável pelas ações de financiamento educacional do Estado - FDE⁹ - e as “escolas de ensino fundamental e médio”, observando ainda que uma comunicação direta entre estes dois órgãos públicos não está prevista no organograma. É preciso primeiro que a escola, ao necessitar de alguma ação financeira, se dirija oficialmente à Diretoria de Ensino, que posteriormente se dirigirá às diversas Coordenadorias ou à EFAP para só então alcançar a FDE, caracterizando um processo moroso, burocrático e incapaz de dar conta das ações financeiras urgentes escolares. “Não existe administração eficaz se a ideia que se tem da Rede estiver centrada unicamente nas impressões daqueles que atuam nas salas da Administração Central” (VOORWALD, 2013, p. 43).

Essa distância provoca dissonância entre as necessidades financeiras reais escolares e as ações desenvolvidas pela FDE. Grande parte dos expedientes oneradores do financiamento público educacional poderiam ser resolvidos com a aproximação direta destes dois órgãos públicos.

⁸Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/area-reservada/terceiros/censo-2012>
Acesso em: 13 out. 2013.

⁹Em documento oficial entregue para cada Diretoria de Ensino intitulado “Reorganização da Secretaria da Educação: Decreto nº 57.141 de 18/07/2011”, a FDE está assim posicionada no organograma da SEE (p.99).

Em pesquisa de campo, os gestores apontaram por mais de uma vez a necessidade de aproximação destes dois órgãos. Em uma das falas, fica evidente a liberação de verba pública sem o conhecimento das reais necessidades escolares:

O Diretor de escola tem a visão daquilo que a escola dele necessita, não adianta vir uma verba para caixa-d'água na minha escola se a minha escola não precisa de caixa-d'água, de repente minha escola precisa de uma sala de leitura, de repente minha escola precisa que a quadra seja coberta e não da caixa-d'água e muitas vezes vem o dinheiro para aquilo.
(FALA - GRUPO FOCAL)

Neste caso, pelo distanciamento burocrático existente entre a FDE e a escola, uma determinada quantia financeira foi gasta sem a devida necessidade, sendo que outra necessidade real da escola, como a sala de leitura ou a quadra coberta, não foram atendidas.

Esse distanciamento que se reflete em ações financeiras recebidas, por vezes, revoltosamente pela comunidade escolar, provoca um sentimento de descrédito entre os profissionais da Educação e a comunidade local, em relação ao poder central governamental, pois se percebe que altas quantias financeiras são gastas em ações não consideradas relevantes pelos educadores, soando como um desrespeito à autonomia escolar, além da presença visível de desperdício financeiro.

Essa situação de desconfiança e descrédito é percebida pelo próprio Secretário de Educação de São Paulo, ao iniciar a série de reuniões de Polos realizadas entre 2011 e 2012 com o objetivo de ouvir a Rede sobre a Educação pública do Estado:

Chegamos às primeiras reuniões nos polos com a sensação de que enfrentaríamos situações difíceis, dada a história de desconfiança que se instalou na Rede diante de cada troca de comando na Secretaria da Educação. Estávamos igualmente preocupados com a possibilidade de que tais encontros desaguassem num mar de reclamações (VOORWALD, 2013, p. 39).

Nesta fala, o Senhor Secretário salienta ainda um segundo item complicador nessa situação de desconfiança: as muitas trocas de comando nos diversos órgãos governamentais, que por se caracterizarem de cargos de confiança, onde não há a necessidade de um concurso público para ingresso, mas, sim, um ato de designação governamental, são constantemente trocados, por motivos diversos, transmitindo á comunidade escolar uma sensação de provisoriedade constante.

Nesse contexto, financeiramente, a Educação, entregue cada vez mais aos seus meandros burocráticos alinhavados a uma legislação que prioriza os aspectos técnicos escolares, passa a cultivar o fenômeno da alienação do sujeito, explicada por SILVA (1996) como “alijamento do ser humano do processo de trabalho e a instalação em seu lugar do funcionário que exerce um cargo e que executa um papel” (SILVA, 1996, p. 30).

Papel este exercido sem entusiasmo, apenas voltado ao cumprimento de deveres pré-determinados pelo poder e perigosamente agravados pela terceira consideração a ser aqui salientada, representada pelo entendimento por parte dos educadores em geral da questão financeira educacional como um tema árido e por isso pouco estudado.

Santos (2013) em sua pesquisa de pós-doutorado – PUC-SP, ao desenvolver o estado da arte do tema financiamento da educação no Brasil no período de 1996 a 2010, chama atenção para o número reduzido de publicações no campo acadêmico sobre o tema. “Essa pouca investigação dificulta a atuação e interferência no debate político, acadêmico e científico” (SANTOS, 2013, p. 20).

Essa ausência de investigação e interesse pelo tema Financiamento Público está também presente na Rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Na pesquisa desenvolvida por Voorwald, (2013) com toda a Rede de ensino e dividida em nove categorias, a categoria “Orçamento e Finanças” reuniu o menor número de sugestões e questionamentos, representando apenas 0,7% no total de reivindicações e problematizações realizadas pela Rede. O maior número registrado se concentrou na categoria de gestão de

recursos humanos, com 61,8%, seguido da gestão de infraestrutura, com 10,5%.

As áreas de Informação, Monitoramento e Avaliação e Orçamento e Finanças quando não ocuparam as últimas posições entre as nove áreas que concentraram as demandas da Rede, em alguns casos nem foram trabalhadas por alguns segmentos. (VOORWALD, 2013, p.73).

Os segmentos a que se refere Voorwald (2013) são os supervisores de ensino, o quadro de apoio escolar e o quadro da Secretaria da Educação.

Durante a pesquisa de campo desenvolvida na tese motivadora deste artigo, esse pequeno interesse às questões relacionadas ao financiamento público educacional também pode ser percebido. Embora todos estivessem reunidos durante a realização do grupo focal para discutir o financiamento público educacional, algumas questões pontuais do tema foram deixadas de lado pelos gestores presentes, sendo retomadas na segunda parte das discussões a pedido da mediadora do grupo.

Questões como as que pontuavam a relação entre o financiamento público educacional e a qualidade da Educação Básica; as que chamavam atenção para a verba pública gasta na implantação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo; as relacionadas aos gastos com a merenda escolar; as voltadas ao financiamento do transporte escolar e as pautadas no Programa “Escola da Família”, não foram selecionadas pelos gestores escolares para discussão em grupo.

Ao serem questionados pela mediadora e convidados a justificar suas não escolhas, os gestores deixaram claro que, na verdade, haviam fugido destas questões, por não entenderem bem dos assuntos citados ou por lembrarem situações desagradáveis do dia-a-dia de suas escolas, deixando evidente nesta ação, o comprometedor nível de conhecimento das práticas políticas envolvidas nas questões e aspectos técnicos e teóricos que permeiam o Financiamento da Educação.

Considerando os altos valores financeiros educacionais concentrados nos diversos repasses de verbas públicas entre os entes federados, instituições



escolares e órgãos públicos responsáveis por essa distribuição, combinado com essa falta de interesse dos educadores em conhecer o tema “Financiamento Público” teoricamente e tecnicamente, percebe-se a instalação de uma zona de perigo, que abre brechas para que alguns “entendidos” do assunto, de posse desses altos valores financeiros, os usem de forma ilícita, em benefício de alguns em detrimento de uma Educação de qualidade.

Há ainda outro perigo eminente, o desaparecimento na agenda de discussões acadêmicas e populares do tema, contribuindo para a manutenção da presença dominante do Estado, diminuindo cada vez mais a autonomia financeira da escola, diluindo a participação popular e, por fim, instalando o fenômeno de esquecimento do sujeito, entendido como sujeito histórico, crítico e criativo, como alguém que “não se deixa levar, mas busca comandar, com autonomia e criatividade, o processo de desenvolvimento” (DEMO, 1994, p. 19).

A quarta consideração é a constatação da existência de expedientes onerosos no financiamento público da Educação Básica do Estado de São Paulo. Durante a tese, nas cinco ações orçamentárias escolhidas devido aos altos valores financeiros envolvidos nos repasses de verbas às escolas, a existência destes expedientes foi constatada.

A primeira delas pesquisada, foi a ação financeira centralizada direcionada ao pagamento das contas de água, luz e telefone das escolas públicas do Estado. Nesta ação, foram constatados grandes desperdícios financeiros pelo estado comprometedor das escolas de construções mais antigas, onde tanto a fiação elétrica, como o sistema hidráulico apresentam desgastes que comprometem o abastecimento adequado e a segurança destes ambientes.

Outro fator oneroso está relacionado ao transporte de alunos. Foram verificados problemas na contratação de empresas para este serviço, na qual a única questão considerada é o menor preço, resultando em serviços precários, com uso de ônibus em mau estado de conservação, sem acessibilidade adequada e sem a devida fiscalização, tanto da própria população que se cala diante da questão entendendo erroneamente ser este o transporte possível, da



equipe escolar que também se cala diante da situação e do Estado, que confia unicamente nos lentos tramites burocráticos para que essa possível denuncia chegue aos seus ouvidos.

Outro item extremamente oneroso do financiamento público educacional é a construção, manutenção e expansão de prédios escolares. Há, ainda, escola no “Padrão Nakamura” inserida em comunidade que solicita há dez anos a construção de nova unidade escolar para abrigar seus alunos, sem sucesso.

Constatou-se também, a existência de licitações confusas, de difícil entendimento, com a contratação de várias empresas para a realização de serviços diferentes dentro de uma mesma reforma escolar, prejudicando a estrutura da obra, a qualidade, a funcionalidade e o prazo de finalização e entrega dos serviços. E essas contratações, utilizando apenas do critério do menor preço, deixam de lado o critério qualidade, resultando em serviços mal feitos, exigindo, logo, manutenção e troca de equipamentos.

Há ainda problemas no planejamento central destas obras, realizadas por vezes em toda a Rede de Ensino, para atender solicitações pontuais, que seguem processos burocráticos, morosos, até chegar ao conhecimento dos órgãos centrais, iniciando, depois, um gigantesco processo de obras em todo o Estado, que, por vezes, já foram realizadas pela própria escola com outras verbas descentralizadas.

Outra ação orçamentária onerosa está ligada à merenda escolar. A equipe gestora das escolas constatou problemas na contratação de fornecedores da merenda diária escolar. A escolha de empresas privilegia as que oferecem facilidades na prestação de contas, em detrimento daquelas que primam pela qualidade e variedade dos gêneros alimentícios adquiridos. Há também, fragilidade encontrada no sistema oficial de cadastro de alunos consumidores da merenda diária, dando brechas a cadastros irregulares, onde o número de alunos realmente consumidores se diferencia dos lançados no sistema oficial de cadastro.

Ao pesquisar o Programa Escola da Família, este se mostrou desfavorável às escolas, beneficiando muito mais os próprios universitários



bolsistas do Programa e suas Universidades, do que a própria escola. Esse Programa que tem como foco a “Cultura da Paz”, apesar de seu objetivo oficial positivo, expõe as escolas a depredações do patrimônio público e furtos pontuais aos finais de semana.

Quanto ao Currículo Oficial do Estado, constatou-se número excessivo de cadernos de alunos distribuídos às escolas, que acabam sendo descartados irregularmente e indiscriminadamente pelos próprios alunos e, até pela equipe gestora, quando se vê sufocada pelo excesso de material de apoio ao currículo a ser armazenado, que, ao invés de servir na prática para auxiliar o trabalho curricular, não é usado por alguns educadores, e ficam em gavetas. O KIT escolar, distribuído pelo Estado a todos os alunos da Educação Básica pública, segundo os próprios alunos, contém alguns itens de má qualidade e rapidamente são destruídos e descartados.

Estas constatações a respeito da existência de oneração financeira na Educação Básica pública do Estado de São Paulo, evidenciam o mau uso das verbas públicas e tem como consequência o aparecimento entre a comunidade, educadores e próprios alunos, do sentimento de descrédito institucional, que reflete negativamente na sala de aula. O dinheiro passa a ser visto como desperdiçado de forma desrespeitosa, enxergando a possibilidade de outros fins há tempos solicitados pela categoria educacional, como melhoria salarial, número menor de alunos por sala, revisão do plano de carreira, entre outras solicitações não atendidas com o discurso governamental de orçamento reduzido.

Por fim, após estas linhas, onde uma reflexão sobre as questões que envolvem o Financiamento Público Educacional se instalou, é preciso questionar duas premissas, que devem estar presentes em todos os momentos que envolvem o tema Financiamento da Educação pública:

- Financiamento Público para quem?
- Quem são os financiados?

Referências

DEMO, P. **Educação e qualidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, A. S. R. **Financiamento da educação no Brasil: O estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SILVA, J.M. **A autonomia da escola pública**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

VOORWALD, H. **Políticas Públicas e educação: diálogo e compromisso**. São Paulo: SEE, 2013.